

## **Relatório Mensal de Atividades do Programa de Ações a Jusante da UHE Santo Antônio**

EMPRESA CONTRATADA: **INSTITUTO FECOMERCIO DE PESQUISAS E EDUCAÇÃO**  
PERÍODO DAS ATIVIDADES: **MARÇO DE 2013 (MÊS 02)**  
RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: **WALDY FERNANDO BASTOS FERREIRA**  
RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: **ALEXANDRE MARCOS QUEIROZ**

## SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	03
2.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	03
2.1.	Comunidade de Cujubim Grande	03
2.2.	Distrito de Calama	06
2.2.1.	Estruturação da Cadeia Produtiva do babaçu	07
3.	RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MÊS 02 (MARÇO/2013)	09
4.	EQUIPE TÉCNICA	09
5.	ANEXOS	10

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório de acompanhamento mensal do Programa de Ações a Jusante da UHE Santo Antônio descreve as atividades desenvolvidas no período de 01 a 22 de março de 2013, correspondente ao mês 02 do cronograma de atividades. No cumprimento das recomendações preconizadas no Plano de Trabalho apresentado ao IBAMA, foram desenvolvidas, no Distrito de Calama e na Comunidade de Cujubim Grande, atividades referentes à Fase 2 – Constituição e Implantação das Agroindústrias.

Destacamos a estratégia de articulação institucional que deu início ao processo de regularização fundiária da comunidade de Cujubim Grande, envolvendo a Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), viabilizando as principais condições para sua consecução.

Foi relevante a participação da cooperativa agroextrativista (COOMADE) na identificação de problemas concernentes à regularização fundiária da localidade de Cujubim Grande e na realização de ações coletivas com a comunidade para validar o ordenamento jurídico e seu cumprimento, conforme descrito no Estatuto da Terra – Lei N° 4.504/64 em seu artigo 2° e na Constituição Federal em seu art. 186, que afirma:

*"A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:*

*I – aproveitamento racional e adequado;*

*II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*

*III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*

*IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."*

As atividades previstas para a construção dos Indicadores de monitoramento, em função da data de corte deste relatório, serão apresentadas no relatório de abril.

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.1. Comunidade de Cujubim Grande

Com a participação do Presidente do Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira (CONACOBAM), realizamos importante reunião com a Senhora Edneia Gusmão, coordenadora do setor de regularização fundiária da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia (SEAGRI), para tratar sobre a regularização da comunidade de Cujubim Grande, em face dos obstáculos existentes que tem impedido a sua concretização, tais como a

identificação dos proprietários, os custos de demarcação das áreas e a burocracia dos cartórios, dentre outras dificuldades.

Sob este aspecto, importa referir que a SEAGRI, durante esta reunião, solicitou a nossa contribuição a fim de reunir as condições necessárias para realizar o georreferenciamento da área de Cujubim Grande, etapa necessária e imprescindível para realizar o desmembramento dos terrenos, ato que antecede ao processo de regularização de responsabilidade daquela secretaria de governo.

Diante destes argumentos, o INSTITUTO FECOMERCIO empenhou-se em localizar o proprietário do TD Cujubim Grande, Senhor Reinaldo Fais, com o objetivo de apresentar a necessidade do georreferenciamento macro da área para permitir o desmembramento dos terrenos e realizar o processo de doação para a construção da agroindústria de frutas, prevista nesta comunidade.

Outra ação que destacamos, foi o levantamento sobre a real situação dos moradores, em reunião ocorrida no dia 09 de março, na sede da Associação das Mulheres de Cujubim Grande, onde estiveram presentes representantes da COOMADE, CONACOBAM, advogado representante da Associação dos Moradores de Cujubim Grande Dr. Luiz Duarte Júnior e moradores daquela comunidade. Esta assembléia teve como objetivo principal esclarecer questões sobre o processo de regularização fundiária e continuidade do processo judicial que envolve o lote do TD Cujubim Grande, desde 2006. (ver Anexo I)

Durante a reunião o advogado representante da Associação dos Moradores de Cujubim Grande Dr. Luiz Duarte Júnior esclareceu pontos cruciais sobre a continuidade do processo judicial que envolve os moradores (posseiros) e o proprietário legal do terreno TD Cujubim Grande, Senhor Reinaldo Fais. Afirmou que moradores que efetivaram os pagamentos por suas áreas ocupadas, mesmo sem a escritura pública, são considerados donos das terras. Disse ainda que o prazo de validade do processo expirou e que, neste caso, o procedimento correto é restabelecer contato com o proprietário para certificar-se da continuidade dos termos definidos no referido processo.

Ainda neste encontro, o advogado afirmou aos que efetuaram o pagamento do terreno, no acordo realizado em 2006, a existência de um cronograma contendo etapas como topografia das áreas individuais, georreferenciamento da área macro, além da aprovação do INCRA e averbação em cartório solicitando o desmembramento de cada lote, para então obter o título definitivo.

Esta reunião propiciou esclarecimentos importantes sobre questões da situação real do processo de regularização fundiária e continuidade do processo judicial que envolve o lote do TD Cujubim Grande. Os moradores demonstraram interesse em quitar esses pagamentos referentes à cota individual de cada posseiro para regularização da situação e posterior desmembramento do terreno macro TD Cujubim Grande.

Com intuito de coletar informações referentes ao processo de autorização/licença para instalação das agroindústrias de polpa de frutas na comunidade rural Cujubim Grande e de Processamento do babaçu no distrito de Calama, reuniram no dia 11 de março, na sede da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o superintendente Senhor Antônio Roberto Dos Santos Ferreira, os representantes da

COOMADE Senhor Ivan Nardi, Senhor José Wilsom de Melo e os representantes do INSTITUTO FECOMERCIO, os técnicos Eduardo Mello e Jorge Gil. (ver Anexo II)

No tocante a questão da área de Cujubim Grande, zona rural de Porto Velho, o superintendente do SPU alegou que, por se tratar de uma área particular, o órgão não pode interferir no que diz respeito ao licenciamento e autorização para construção na área proposta TD Cujubim Grande. Ressaltou sobre a necessidade de obtenção do proprietário das terras em questão, o termo de doação registrado em cartório, juntamente com os demais documentos que integram o processo como certidão de inteiro teor, recibos de compra e venda, se houver, e cópia do título judicial.

Desta forma, no dia 12 de março, reuniram-se novamente os representantes do INSTITUTO FECOMERCIO, da Coordenadoria de Regularização Fundiária do Estado e da CONACOBAM, após esta entidade protocolar correspondência solicitando a realização do georreferenciamento da área supracitada, a fim de proceder com o desmembramento do terreno destinado à construção da agroindústria. (ver Anexo III)

Neste mesmo ato, protocolou-se a declaração emitida pelo proprietário do terreno de dois mil hectares (TD Cujubim Grande) Senhor Reinaldo Fais, autorizando a realização do georreferenciamento. Conforme informação prestada pela coordenadora da SEAGRI, a partir desse momento, consolidou-se a fase primordial do processo de regularização fundiária, propiciando a condição necessária para realizar o georreferenciamento da referida área privada. (ver Anexo IV)

De posse da autorização do proprietário do terreno, Sr. Reinaldo Fais, a equipe avaliadora da coordenadoria de regularização fundiária da SEAGRI descolou-se para Cujubim Grande, com o propósito de identificar empecilhos, como áreas alagadas, que possam impedir a realização dos trabalhos.

De acordo com tratativas anteriores, a coordenadora do setor de regularização fundiária da SEAGRI afirmou que as próximas etapas são da competência da Secretaria de Agricultura, sendo que enviou profissional habilitado para realizar o trabalho de campo, levantando as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, acompanhado por membro da COOMADE. (ver Anexo V).



Reunião entre a comunidade de Cujubim Grande e o advogado da comunidade.



Reunião entre a comunidade de Cujubim Grande e o advogado da comunidade.



Reunião com Coordenadora da Coordenadoria de Regularização Fundiária (SEAGRI)



Reunião na sede do SPU com representantes da COOMADE e do INSTITUTO FECOMERCIO.

## 2.2. Distrito de Calama:

Conforme relatório anterior, no dia 11 de março realizou-se reunião com o secretário da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para esclarecimentos relacionados à certidão de inteiro teor do título do distrito de Calama.

Com o objetivo de discutir o processo de regularização fundiária realizou-se visita à SEMUR e pesquisa em mapas de títulos definitivos do distrito de Calama, com o objetivo de reunir elementos documentais para comprovar o domínio da terra em questão. Participaram destas reuniões representantes do Distrito de Calama, o presidente do CONACOBAM e técnico do Instituto Fecomercio.

Ainda relacionado à doação do terreno para a construção da agroindústria do babaçu, realizou-se uma visita ao procurador da empresa Calama S/A em busca de um acordo sobre a doação do terreno para

implantação da agroindústria de babaçu, sem êxito, uma vez que se constatou que o distrito de Calama não mais pertence à empresa Calama S/A.

Em seguida solicitamos a vista da coordenadora de Regularização Fundiária do Estado, com a finalidade de acelerar o processo de regularização e tranquilizar os agroextrativistas do distrito de Calama.

Destacamos também, neste período, a presença de dois técnicos do INSTITUTO FECOMERCIO e lideranças das comunidades de Cujubim Grande e de Calama na Audiência Pública do Plano de Agricultura do Município de Porto Velho para o Médio e Baixo Madeira no Distrito de Nazaré, onde se discutiu a política municipal para a área rural do município de Porto Velho.



Audiência pública do plano de agricultura do município de Porto Velho para o Médio e Baixo Madeira no distrito de Nazaré.



Audiência pública do plano de agricultura do município de Porto Velho para o Médio e Baixo Madeira no distrito de Nazaré.

### 2.2.1. Estruturação da Cadeia Produtiva do babaçu

Paralelamente ao processo de regularização do terreno da agroindústria em Calama, iniciamos atividades referentes ao processo de estruturação da cadeia produtiva do babaçu utilizando metodologia prática e participativa, considerando a estruturação da cadeia produtiva um dos principais meios de se promover a agregação de valor de um produto final a ser comercializado, especialmente quando o produtor detém a gestão da maioria dos elos dessa cadeia.

Considerando-se a alta incidência na região e a possibilidade de aproveitamento total do coco, na comunidade de Calama a agroindústria a ser implantada corresponde ao beneficiamento do coco babaçu. Entretanto, por falta de conhecimento das práticas de manejo e suas utilidades, não há aproveitamento dos derivados do babaçu, tampouco existe a cadeia produtiva do babaçu consolidada.

Para a estruturação desta cadeia produtiva na comunidade de Calama, buscou-se incentivar o aproveitamento do coco com atividades básicas da cadeia, e que, principalmente, o produtor tivesse a possibilidade de gerenciar diferentes elos da cadeia. Neste sentido, o carvão do babaçu apresenta-se como um subproduto ímpar para o incentivo dos produtores uma vez que sua produção demanda baixa tecnologia além de ser consolidado no mercado local e regional.

Dentro desse contexto o INSTITUTO FECOMERCIO auxiliou a Cooperativa Agroextrativista do Baixo e Médio Madeira – COOMADE a desenvolver um experimento de produção de carvão de babaçu com baixo uso de insumos externos à comunidade, tendo como resultado a descrição de uma metodologia para a produção de carvão de babaçu de acordo com a realidade local, que permitirá a divulgação aos produtores a fim de incentivá-los ao aproveitamento do coco babaçu.

Metodologicamente, a experiência consiste na produção do carvão do coco babaçu em tambores de metal de 200 litros, com capacidade de controlar a combustão dos cocos. Também se utiliza um facão e um martelo. Sendo realizada a abertura total da parte superior do tambor (tampa) e outras quatro aberturas, espaçadas igualmente nas laterais do tambor próximo a sua base com comprimentos de 20 cm e 04 cm de largura.

Na produção do carvão, o tambor fica no chão na posição vertical com a abertura da tampa para cima, assim, com cavacos de madeira se atea fogo dentro do tambor, com as janelas da base abertas, posteriormente adicionam-se os cocos de forma gradativa, para manter o fogo aceso, até o enchimento total do tambor. Ao final, com todos os cocos queimando, a tampa e as aberturas da base são fechadas para a formação do carvão.

Após 12 horas neste processo, faz-se a abertura do tambor e retira-se o carvão sendo espalhado para esfriamento e posterior seleção e coleta. Este experimento desenvolve-se até a conclusão da produção do carvão, para em seguida, ser possível especificar custos e a viabilidade da proposta.



Agente comunitário em experiência com carvão de babaçu



Agente comunitário em experiência com carvão de babaçu





### 3. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MÊS 02 (MARÇO/2013)

EIXOS CENTRAIS	AÇÕES	RESULTADOS
Regularização fundiária, Ambiental e Instalação sanitária dos empreendimentos	Realizada reunião com SPU e SEMUR para discutir a dominialidade do terreno de Calama.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão de Inteiro Teor da área de Calama.</li> <li>• Autorização do proprietário para realização do georreferenciamento de Cujubim.</li> <li>• Declaração da SEAGRI sobre o início do georreferenciamento em Cujubim</li> </ul>
Formulação de indicadores para monitoramento	Realizada reunião com Universidade Federal de Rondônia para participação na construção dos indicadores de monitoramento do PAJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agendada oficina para elaboração dos Indicadores do Programa para o dia 25 de março com a participação da Universidade Federal do Rondônia.</li> </ul>
Estruturação da Cadeia Produtiva	Desenvolvimento de metodologia experimental para estruturação da cadeia produtiva do babaçu no distrito de Calama.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência com o beneficiamento do coco do babaçu para produção de carvão, no distrito de Calama.</li> </ul>

### 4. EQUIPE TÉCNICA


NOME	QUALIFICAÇÃO	CARGO
Waldy Fernando Bastos Ferreira	Administrador	Diretor do Instituto Fecomercio
Sandra Regina Nunes	Pedagoga	Coordenadora de Programa
Grimário Carvalho Viana	Contador	Administrativo Financeiro
Flávio Nascimento	Economista	Assistente Administrativo
Taiane Marine de Oliveira	Acadêmica de Administração	Assistente Financeira
Creuza Kuster	Economista	Analista Sócio-Ambiental II
Elsie Shockness	Psicóloga	Analista Sócio-Ambiental II
Eduardo Mello	Biólogo	Analista Sócio-Ambiental I
Jorge de Oliveira Gil	Engenheiro Agrônomo	Analista Sócio-Ambiental I
José Wilson de Melo		Agente comunitário – comercialização
Luiz Tadeu de Oliveira		Agente comunitário – produção
Antonio Lucio Lima		Agente comunitário – comercialização
Roseli Oliveira		Agente comunitário – produção



ANEXO I: Lista de presença da reunião em Cujubim Grande, em 09/03/2013.

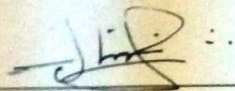
estiveremos em 9/03/2013 na associação das  
mulheres ribeirinhas de Cujubim Grande as  
mure  
com a presença do advogado das terras de  
Cujubim Grande DR Junho Duarte:  
Raimundo Rebelo dos Santos  
Aptório Tedano de Barros, celso  
Helio Gustavo Cemes p/p Johnny Gustavo Cemes  
Paulo Gomes de Vasconcelos  
Raimundo Muzio mouro  
Janilo Lúcio Sales  
Edysson Spool  
Antonio Holanda Seno  
Paulo T. Silva  
CHAGOS M. TAVARES  
José Benedito dos Santos  
Elias Freitas mantipo  
Miguel Brito da Cruz  
João Carlos Passari  
Francisco das Chagas de Almeida  
João Lago de Lúcio e Silva  
Devidson A. da Silva  
Hermogenes Jéss dos Santos  
Anísonia Nunes Ferreira  
Inedez de Melo de Souza  
Antonio Pereira Bissa  
Eduardo Souza de Melo  
João Wilson Silva  
Luiz Duarte Freitas Junior  
Rosyara M. B. Freitas  
Pedrina Marcelino da Silva

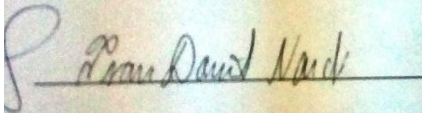
**ANEXO II:** Registro da reunião no SPU.

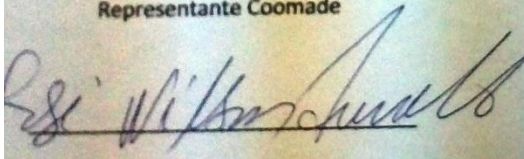


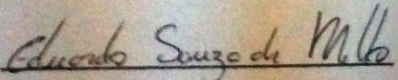
Estivemos reunidos, hoje, no dia 11 de março de 2013 na sede da Secretaria do Patrimônio da União SPU, Porto Velho – Rondônia para tratar de assuntos como autorização e/ou liberação para construção das agroindústrias nos terrenos, pré-determinados, na comunidade rural de Cujubim e no Distrito de Calama no município de Porto Velho, RO.

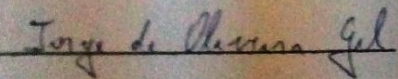
Por este declaro ciência

  
\_\_\_\_\_  
Representante SPU

  
\_\_\_\_\_  
Representante Coomade

  
\_\_\_\_\_  
Representante Conacobam

  
\_\_\_\_\_  
Técnico Inst. Fecomercio Polo Cujubim

  
\_\_\_\_\_  
Técnico Inst. Fecomercio Polo Calama



**ANEXO IV: Autorização para o georreferenciamento.**

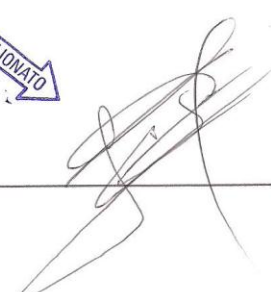
**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Reinaldo Fais, portador do Rg 2.064.521 SSP/PR e CPF 428.740.689-34, residente no endereço 103 Norte, Av. LO 2, nº 61, Palmas - TO, **AUTORIZO** para os devidos fins e efeitos legais a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia (SEAGRI) a realizar o trabalho de georreferenciamento, sem ônus, na área de 2.062,0766 hectares denominada TD CUJUBIM situada na área rural do município de Porto Velho, RO.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Palmas – TO, 08 de março de 2013

2º TABELIONATO



**2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO**  
Sagrator Angela Piccoli - Tabeliã

Reconheço por "verdadeiro" a assinatura indicada de **REINALDO FAIS**.

Dou fe.  
Palmas/TO, 08 de março de 2013. 539478

Em Teste: Dayhiana Souza Atavés  
Escrivente. Emol: R\$ 1,69

"Válido somente com o Selo de Fiscalização"



**ANEXO V:** Ofício nº 0737 da SEAGRI de 14/03/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI

OFÍCIO Nº. 0737/GAB/CRF-SEAGRI

Porto Velho, 14 de Março de 2013.


Ilmo. Sr.  
José Wilson de Melo.  
Presidente CONACOBAM  
NESTA

Senhor Presidente,

Com os cumprimentos de estilo, e em resposta ao **Ofício Nº 10/2013**, onde solicita o serviço de georreferenciamento do TD Cujubim, com área de 2.062,0766 hectares, município de Porto Velho, mediante a autorização do proprietário recebida no dia 12/03/2013, esta Secretaria, através da Coordenadoria de Regularização Fundiária estará tomando todas as providências que o caso requer. Com previsão de atendimento do pleito para início do mês de abril.

Sem mais para o momento agradecemos e estimamos votos de estima apreço.

Atenciosamente,

  
Edinéia Maria Gusmão  
Coordenadora de Regularização Fundiária – SEAGRI/RO

Av.: Lauro Sodré, Nº 1260  
Bairro: Olaria - (69) 3218-2924 FAX: (69) 3218-2926  
Porto Velho-RO CEP: 76.801-289